

## 1ª Intervenção sobre o Estado da Cidade, na Assembleia Municipal de Lisboa de 25 de Outubro de 2016

Sr. presidente da CML, se as políticas municipais do executivo se encontrarem na proporção directa para os parâmetros da saúde da capital, então o Estado da Cidade a que assistimos é meramente vegetativo, fazendo que anda, mas onde afinal está a perder a pulsação, deixando os munícipes a soro ou em estado de choque. Como numa observação analítica de anatomia, vamos então decompor por partes alguns dos níveis da qualidade de vida urbana.

### 1ª sintoma: **Saúde**

De acordo com um diagnóstico da rede hospitalar da cidade de Lisboa, plasmado na ‘Carta de Equipamentos de Saúde’ de 2009, foi detectado um decréscimo generalizado em recursos humanos e físicos ao longo daquela década. Nela foram identificadas as carências e as necessidades de equipamentos em Cuidados Continuados Integrados e Primários de Saúde (Centros de Saúde e USF). Reconheceu-se que as instalações existentes eram (e ainda são) deficientes, por não terem sido construídas para o efeito, umas degradadas, outras onde o seu acesso nem sempre é fácil.

Nessa análise listou-se então a necessidade de construção de novas Unidades de Cuidados Primários de Saúde na cidade de Lisboa, consubstanciado num Contrato-Programa então rubricado entre a CML e o Ministério da Saúde.

Três anos depois, no dia 29 de Junho de 2012, anunciava pomposamente a CML, numa cerimónia de assinatura de protocolo entre a EPUL e a ARSLVT, o seguinte: “Cerca de 18 mil utentes vão poder utilizar o novo centro de saúde que está a ser ultimado, numa área de 1.000 metros quadrados, nos pisos térreos do empreendimento habitacional Residências do Martim Moniz”, o qual serviria toda a zona da Baixa de Lisboa.

Na altura, a CML informava ter em vista mais 7 novos centros de saúde para a prestação de cuidados de saúde primários de qualidade à população, sítos no Alto do Lumiar, Santa Maria de Belém, Benfica (Rodrigues Miguéis e Bairro da Boavista), Campolide e Baixa de Lisboa. E estes novos centros de saúde iriam servir mais de 100 mil residentes na capital.

Estamos em Outubro de 2016 e, passados todos estes anos, é de questionar se todo aquele plano de intenções ficou na gaveta e se o Município deixou de pressionar o Governo para, em conjunto, prosseguirem a execução daqueles projectos. E porquê? Porque da lista de há 7 anos atrás, veio agora o Governo anunciar como novidade que, em Lisboa, vai finalmente ser apresentado um edifício para cuidados de saúde primários, localizado no Martim Moniz.

Afinal não há apenas doentes em lista de espera, também há intenções de novos equipamentos de saúde em lista de espera, enquanto se vai paulatinamente desactivando instalações hospitalares.

Se, apesar de a capital possuir as maiores e mais diferenciadas unidades hospitalares, continuam a faltar à população da cidade hospitais de primeira linha para cuidados secundários básicos, como cirurgia geral e medicina interna, então, neste contexto, para os munícipes não é compreensível o sistemático processo de encerramento de unidades de saúde, como sintomaticamente tem sido o caso dos hospitais da Colina de Santana.

É verdade que o Governo PSD/CDS cometeu nos últimos anos verdadeiras afrontas ao SNS, pondo em causa o direito constitucional do acesso à saúde, através de hospitais que encerraram, que perderam valências, com falta de meios humanos e técnicos, horas intermináveis nos serviços de urgência ou para se conseguir marcar uma consulta, centros de saúde cuja construção não passou de uma promessa, utentes sem médicos de família, medicamentos fundamentais que deixaram de ser comparticipados, aumento dos custos com a saúde para os utentes e reduções constantes nas transferências do Orçamento de Estado para o SNS.

Assim sendo, que pressões tem o executivo da cidade levado a cabo junto do Governo para inverter este panorama? Se incumbe ao Estado garantir o direito ao acesso de todos os cidadãos à protecção na saúde, independentemente da sua condição económica, através de um SNS universal, geral e tendencialmente gratuito, é ou não verdade que a situação que se vive em Lisboa coloca em causa o direito ao acesso a serviços de saúde, onde a CML deveria tomar uma posição clara e firme para inverter a destruição do SNS? Ou será que o Departamento de Urbanismo tem mais peso nas decisões que os cuidados de saúde dos munícipes?

Se, passados 9 anos no poder da capital, é este o Estado da Cidade, então este executivo há muito deveria ter metido atestado médico de baixa prolongada e dar lugar a outra política alternativa, que defenda o bem-estar e a qualidade de vida dos lisboetas.

“Os Verdes” não entendem porque não é o Município mais proactivo na defesa de mais e melhores serviços de saúde, adiando medidas que melhorem a universalidade da prestação dos cuidados de saúde consagrada na Constituição da República Portuguesa, ou seja, de uma política de saúde para a cidade de Lisboa que vá ao encontro dos princípios e valores do SNS, pugnando pela oferta de melhores unidades de saúde.

## 2ª sintoma: **Habitação**

“Os Verdes” lembram que, de acordo o art. 46º da CRP, “todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar”, incumbindo ao Estado “promover, em colaboração (...) com as autarquias locais, a construção de habitações económicas e sociais”.

No entanto, ao longo dos últimos anos, o direito das populações à habitação tem sido sucessivamente atacado pela especulação imobiliária, pelos elevados custos das rendas, que contribuíram não só para a despovoação da cidade e do centro histórico em

particular, como pela diminuição do número de fogos disponíveis, agravando a qualidade de vida de parte significativa das famílias.

Para complicar, a opção do executivo em Lisboa tem sido dar prioridade ao licenciamento desregulado de hotéis, a condomínios privados e, mais recentemente, ao crescimento de alojamentos locais sem qualquer tipo de regras específicas de controlo. E para que não subsistam dúvidas, o sr. vereador do Urbanismo já veio considerar que a ‘grande vantagem’ do alojamento local é a de recuperar imóveis para habitação, e que um edifício todo ocupado com alojamento local “é muito melhor do que um alojamento local ou dois num edifício com seis famílias permanentes”.

Pasme-se, pois o centro da cidade dificilmente é para jovens e existem idosos coagidos a libertar casas para o alojamento local. Ou seja, fora com os lisboetas, venham os residentes temporários, turistas ou não. E depois não nos digam que isto não é mais um sintoma de doença camarária. Primeiro o negócio, só depois o direito a habitação permanente, plasmado na CRP.

Mas afinal, porque não se evita o despovoamento da população residente? Deve ou não ser estabelecida uma percentagem para o número de habitações licenciadas, nomeadamente para as actividades de hotelaria e de alojamento local? Deve ou não ficar consignada uma percentagem da fiscalidade sobre o alojamento local e o arrendamento urbano?

Já quanto aos **bairros municipais**, de acordo com o Recenseamento Geral da população de 2011, só em Lisboa existem 73, onde habitam cerca de 100 mil lisboetas. Paralelamente, existirão perto de 50 mil fogos devolutos, os quais, se em vez de servirem para especulação fossem reabilitados e colocados ao serviço da população a preços acessíveis, poderiam resolver parte do problema da falta de fogos para arrendamento urbano, minimizando assim o despovoamento de Lisboa.

Em parte, a recente alteração à lei da renda apoiada, calculada hoje com base nos rendimentos líquidos do agregado familiar e não, como até agora, no valor bruto desses rendimentos, veio melhorar as condições para os moradores, embora ainda de forma insuficiente.

Ora, nos bairros municipais persistem inúmeras carências e problemas por resolver, fruto de uma prolongada deficiente gestão por parte da Gebalis, com habitações degradadas, ausência de equipamentos culturais, desportivos e sociais, de espaços verdes e de lazer condignos, que permitam a integração e o convívio das populações, e de serviços de apoio à comunidade, tais como farmácias e serviços médicos, esquadras da PSP, campanhas e rotinas de higiene e limpeza, ou transportes acessíveis, entre outros.

“**Os Verdes**” perguntam se a CML está disponível para atrair mais população para Lisboa. Como vai adquirir fogos devolutos e colocá-los no mercado de arrendamento a preços realmente acessíveis? Onde estão os estudos sobre os níveis de rendimento das famílias em Lisboa? Para quando a reabilitação e a atribuição de fogos

devolutos nos bairros municipais? Canalizará o financiamento europeu do BEI para a regeneração dos bairros municipais, mas com especial foco na inclusão social?

Apoiará políticas habitacionais que introduzam medidas de controlo da oferta de Hotelaria e de Alojamento Local? Vai a CML dinamizar uma política de arrendamento com rendas acessíveis, em vez de apenas estimular a oferta para as classes média e média alta, como é desígnio do sr. presidente? Ou a doença entranhou-se na medula do executivo e ao fim de 9 anos é já inexpugnável?

### 3ª sintoma: **Metropolitano de Lisboa**

De acordo com o presidente da empresa Transportes de Lisboa e do Ministro do Ambiente em sede da Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas na AR, a expansão da rede do Metropolitano poderá passar por uma ligação entre as linhas amarela e verde, fechando a rede em anel, mas a opção final dependerá ainda de posterior decisão do Governo.

E “**Os Verdes**” acrescentam, e porque não do Município de Lisboa e, acima de tudo, dos superiores interesses dos utentes de transportes públicos? É que qualquer opção que seja contrária a estes valores levará à inevitável contestação por parte dos munícipes. O que falta saber é se a CML está disponível para subscrever as opções de interesse público e de melhorar a mobilidade na capital ou em apenas anuir a decisões governamentais de carácter economicista que venham a ser impostas aos lisboetas.

Tratar-se-á, com certeza, de uma decisão política, mas que não poderá impor-se a medidas que afrontem uma mobilidade sustentável, em particular, para os utentes e os lisboetas, nem haver precipitadas decisões políticas, sem um válido suporte técnico e social que as consubstancie.

Ora, como o GM de “**Os Verdes**” já aqui defendeu em Maio deste ano, desde 2009 que existem diversas hipóteses para o prolongamento das linhas de Metropolitano, através do ‘Plano de Expansão do Metropolitano de Lisboa 2010/2020’, dando-se prioridade às ligações com as principais interfaces e alcançando-se as zonas mais deficitariamente cobertas.

Por isso questionamos o executivo se julga ou não pertinente acompanhar os estudos sobre possíveis alternativas que consubstanciem as futuras prioridades de expansão da rede de Metropolitano e que melhor sirvam os princípios de mobilidade e acessibilidade dos munícipes da Área Metropolitana. Até que ponto o fecho do anel potencia o aumento do número de passageiros? É ou não verdade que a rede actual se encontra desequilibrada, abrangendo maioritariamente o eixo central da cidade? É ou não fundamental dar prioridade a uma oferta que agilize os fluxos diários dos cidadãos e a diversificação das necessárias ligações e transbordos, entre tipos diferenciados de transporte colectivo, ao longo da malha urbana?

O Estado da Cidade e o futuro de Lisboa dependem da participação democrática de todos, freguesias incluídas, na construção de uma autarquia sustentável e da qualidade de vida dos seus munícipes.

Assim, considera o Município poder colocar-se à margem das necessidades de mobilidade dos trabalhadores, pensionistas, estudantes ou turistas, lavando as mãos como Pilatos? Em alternativa, entende ser indispensável conduzir um amplo debate público sobre as várias possibilidades de expansão da rede do Metropolitano de Lisboa? Ou o vírus de que padece o executivo PS já não tem cura?

**J. L. Sobreira Antunes**

Grupo Municipal de “**Os Verdes**”